www.pwc.com.br

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente

pwc

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Vicunha Têxtil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vicunha Têxtil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vicunha Têxtil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vicunha Têxtil S.A. e da Vicunha Têxtil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2010

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

VICUNHA
TÊXTIL

Vicunha Têxtil S.A.

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de nossos Acionistas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

Visão Geral

Com mais de 50 anos de existência, a Vicunha Têxtil é uma Companhia Global, líder na produção e na comercialização de tecidos índigos e brins na América Latina e uma das maiores indústrias têxteis do mundo. Contamos com 6 modernas unidades fabris localizadas no Brasil, Argentina e Equador e com mais de 7 mil funcionários. Nossa estrutura comercial possui escritórios e centros de distribuição estrategicamente localizados para atender clientes nas Américas, Europa e Ásia. Somos uma Companhia com alto conhecimento técnico e mercadológico, o que nos capacita a atender nossos clientes com produtos inovadores que seguem as principais tendências de moda no Brasil e no mundo.

Comentário da Administração

A Companhia enfrentou um ambiente macroeconômico bastante desafiador ao longo do ano de 2018. No Brasil, as incertezas relacionadas ao cenário político e eleitoral, a greve dos caminhoneiros e a Copa do Mundo afetaram negativamente o crescimento econômico do país. A projeção divulgada pelo Boletim Focus em janeiro de 2018 apontava para um crescimento de 2,7% no PIB, no entanto, o país registrou crescimento de apenas 1,1%. Em âmbito global, a economia foi impactada pela alta volatilidade dos mercados financeiros internacionais, fato que influenciou negativamente o desempenho econômico mundial, sobretudo, nos países da América Latina, onde estão os principais mercados de atuação da Companhia.

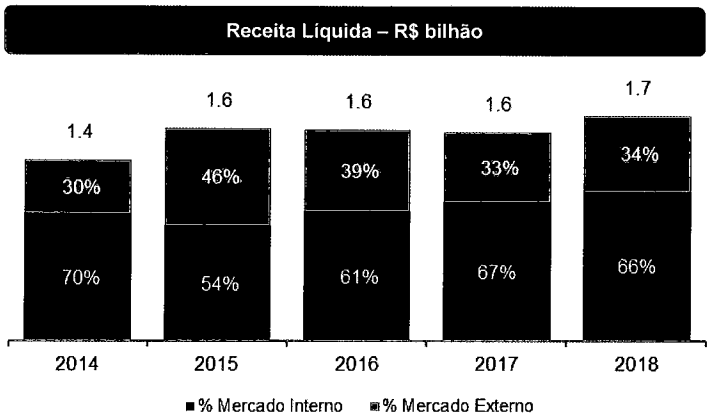
Neste contexto, a Vicunha Têxtil tem realizado grandes esforços para compensar o baixo nível de atividade econômica e o mercado adverso. Como resultado, no exercício de 2018 a Companhia registrou Receita Líquida de R$1.7 bilhão, EBITDA de R$268 milhões e Lucro Líquido de R$53 milhões.

A manutenção de resultados positivos evidencia que a Companhia possui flexibilidade para se adaptar ao mercado a partir de um modelo de negócios único e diferenciado, reflexo da estratégia desenhada pela Administração, a qual teve como pilares: o foco nos seus principais negócios de atuação (tecidos índigos e brins); a contínua modernização; a flexibilização da produção em todas as suas unidades fabris; e a internacionalização de seus negócios.

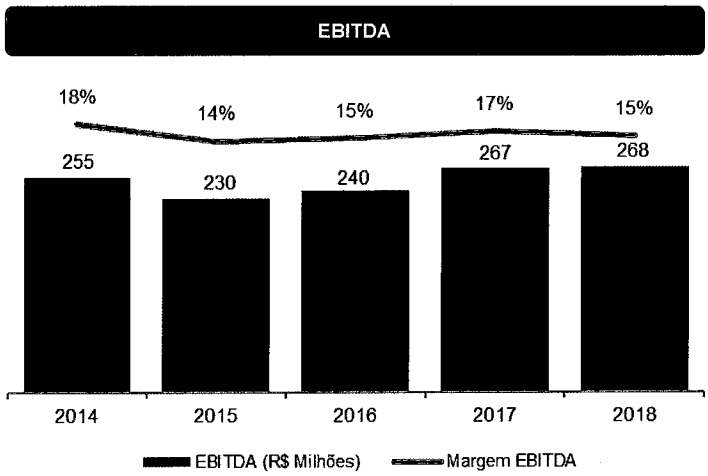
Desempenho Financeiro Consolidado

Apesar da tímida recuperação econômica no Brasil e dos eventos extraordinários que marcaram o ano de 2018, permanecemos com indicadores financeiros positivos e uma sólida estrutura de capital, fatores que permitiram a manutenção dos investimentos.

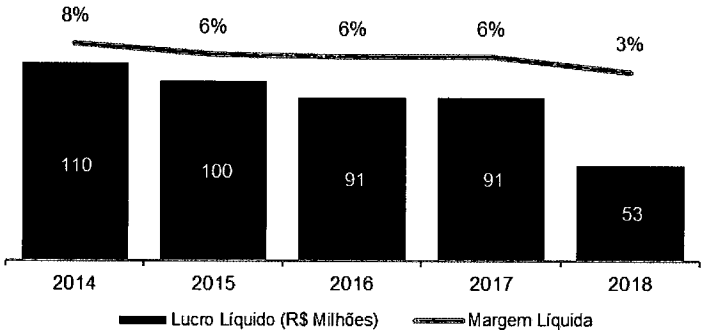
Receita líquida atingiu R$1.7 bilhão, um crescimento de 8% quando comparado a 2017 (R$1.6 bilhão), demonstrando a resiliência do nosso modelo de negócio e a boa aceitação das nossas coleções.



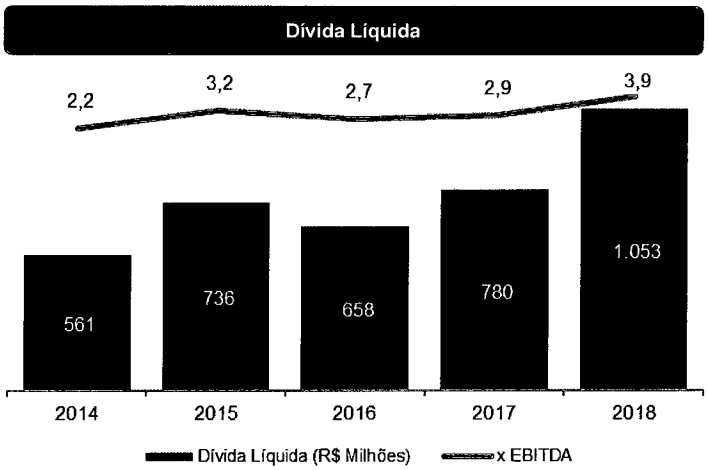
EBITDA acumulou R$268 milhões com margem de 15% (R$267 milhões com margem de 17% em 2017), permitindo manter a geração própria de caixa como a principal fonte dos investimentos.



Lucro líquido de R$53 milhões e margem líquida de 3%, penalizado principalmente, pela volatilidade nas taxas de câmbio no Brasil e efeito da hiperinflação na Argentina, fatores que impactaram negativamente o resultado financeiro e consequentemente o lucro líquido da Companhia.



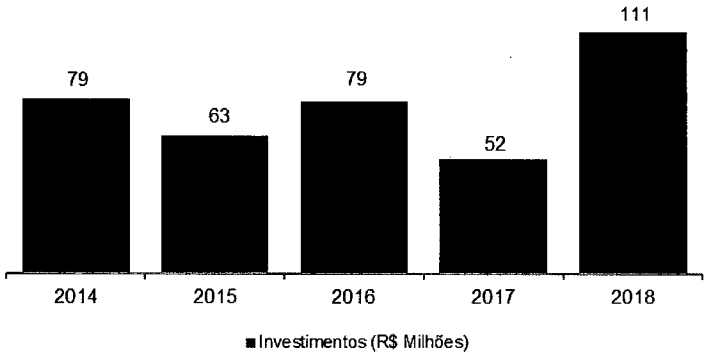
Endividamento líquido totalizou R$1.1 bilhão, correspondendo ao múltiplo de 3,9 vezes o EBITDA do exercício. O aumento no endividamento ocorreu, sobretudo, em função da desvalorização do real frente ao dólar e do aumento no capital de giro motivado pela retração do consumo nos mercados de atuação da Companhia.



No ano de 2018, a Vicunha Têxtil retornou ao mercado de capitais, renda fixa, através da emissão de R$240 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") lastreados na aquisição de algodão em pluma. A oferta foi concluída em dezembro de 2018 e possui prazo para liquidação de 3 anos, contribuindo para a estratégia de alongamento da dívida da Companhia.

Investimentos

Nos últimos anos a Companhia investiu de forma consistente na modernização e na flexibilização de seu parque fabril, através da aquisição de equipamentos de última geração que proporcionam aumento de produtividade e maior diferenciação de seus produtos. Entre 2011 e 2018 foram investidos mais de R$800 milhões em projetos que visaram o fortalecimento de sua atuação nos mercados interno e externo.



Expectativas

Iniciamos o ano de 2019 com expectativas de melhora no ambiente econômico e retomada do crescimento e consumo, sobretudo no Brasil. A Vicunha Têxtil continuará a ampliar a sua presença no Brasil e internacionalmente, mantendo a sua posição de liderança e apoiando o crescimento de seus clientes. Adicionalmente, a Companhia manterá sua política de investimentos e desenvolvimento de sua equipe, fatores que somados a condições mais favoráveis de mercado e a melhoria no clima econômico brasileiro e mundial, permitem prever a continuidade de resultados positivos para os negócios.

Considerações Finais

Aproveitamos para expressar os sinceros agradecimentos aos nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores, Instituições Financeiras e Entidades Governamentais pelo apoio e confiança a esta Administração, bem como, aos nossos Colaboradores que com empenho e dedicação permitem à Companhia atingir resultados cada vez mais favoráveis e conquistar uma posição de destaque entre as empresas internacionais do setor.

Maracanaú, 27 de março de 2019.

Vicunha Têxtil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**55.859**	45.825	**88.211**	87.278
Aplicações financeiras	5	**291.436**	104.038	**291.792**	112.899
Contas a receber de clientes	6	**387.091**	378.268	**455.643**	457.462
Estoques	7	**371.917**	304.752	**603.676**	449.956
Dividendos a receber	9	**735**	3.656	**-**	-
Impostos a recuperar	8	**20.385**	18.667	**60.159**	44.253
Operações com derivativos	19	**2.628**	-	**2.628**	-
Outras contas a receber		**22.475**	9.699	**29.189**	15.510
Total do ativo circulante		**1.152.526**	864.905	**1.531.298**	1.167.358
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	**14.766**	13.883	**14.766**	13.883
Partes relacionadas	9	**141.883**	131.629	**128.013**	74.321
Impostos a recuperar	8	**18.351**	18.661	**19.488**	18.748
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	16A	**-**	-	**74.217**	74.054
Depósitos judiciais		**36.299**	39.352	**37.045**	39.883
Outras contas a receber		**87.867**	43.998	**89.033**	45.176
Propriedades para investimentos	10	**16.000**	8.783	**39.809**	8.894
Investimentos	13	**667.327**	520.899	**31.981**	29.617
Imobilizado	11	**525.929**	529.078	**962.526**	922.714
Intangível	12	**5.533**	5.994	**9.754**	9.646
Total do ativo não circulante		**1.513.955**	1.312.277	**1.406.632**	1.236.936
Total do ativo		**2.666.481**	2.177.182	**2.937.930**	2.404.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vicunha Têxtil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora 31/12/18	Controladora 31/12/17	Consolidado 31/12/18	Consolidado 31/12/17
Circulante					
Fornecedores	14	**65.709**	46.848	**93.449**	68.245
Empréstimos e financiamentos	15	**835.042**	479.266	**959.307**	571.640
Partes relacionadas	9	**-**	459	**-**	459
Salários, provisões e contribuições sociais		**23.290**	22.850	**30.183**	32.966
Impostos a recolher		**4.667**	5.350	**7.113**	6.306
Dividendos a pagar	18	**671**	9.009	**1.412**	9.649
Operações com derivativos	19	**49.345**	8.864	**49.937**	8.864
Provisão para perdas com investimentos	13	**-**	641	**-**	-
Provisões diversas		**-**	16.120	**3.133**	19.022
Outras obrigações		**20.539**	14.726	**29.673**	22.731
Total do passivo circulante		**999.263**	604.133	**1.174.207**	739.882
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	**394.475**	363.589	**441.523**	413.512
Impostos a recolher		**14.023**	13.721	**14.023**	13.721
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	16A	**15.567**	22.354	**22.857**	27.375
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	**19.940**	25.281	**23.619**	31.954
Outras obrigações		**-**	-	**27.237**	20.385
Total do passivo não circulante		**444.005**	424.945	**529.259**	506.947
Patrimônio líquido					
Capital social	18	**671.713**	671.713	**671.713**	671.713
Reserva de lucros		**469.253**	413.220	**469.253**	413.220
Ajustes de avaliação patrimonial		**112.317**	111.918	**112.317**	111.918
Ajustes acumulados de conversão	18	**(30.070)**	(48.747)	**(30.070)**	(48.747)
Patrimônio de controladores		**1.223.213**	1.148.104	**1.223.213**	**1.148.104**
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**11.251**	9.361
Total do patrimônio líquido		**1.223.213**	1.148.104	**1.234.464**	1.157.465
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.666.481**	2.177.182	**2.937.930**	2.404.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receita líquida de vendas	21	**1.313.891**	1.246.457	**1.745.256**	1.615.843
Custo dos produtos vendidos	22	**(994.503)**	(954.211)	**(1.319.000)**	(1.203.638)
Lucro bruto		**319.388**	292.246	**426.256**	412.205
(Despesas) outras receitas operacionais					
Despesas com vendas	22	**(113.618)**	(101.651)	**(166.753)**	(150.733)
Despesas gerais e administrativas	22	**(98.212)**	(95.462)	**(141.644)**	(136.618)
Honorários da Administração	9	**(14.861)**	(16.500)	**(14.861)**	(16.500)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	**61.941**	56.545	**75.464**	53.481
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		**154.638**	135.178	**178.462**	161.835
Receitas financeiras	23	**329.307**	146.192	**430.102**	161.955
Despesas financeiras	23	**(407.405)**	(198.243)	**(553.351)**	(224.399)
Despesas financeiras líquidas		**(78.098)**	(52.051)	**(123.249)**	(62.444)
Resultado de equivalência patrimonial	13	**(21.660)**	8.308	**(2.222)**	329
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**54.880**	91.435	**52.991**	99.720
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		**(8.328)**	(3.829)	**(8.718)**	(15.481)
Diferido		**6.786**	3.546	**9.405**	7.485
	16B	**(1.542)**	(283)	**687**	(7.996)
Resultado líquido do exercício		**53.338**	91.152	**53.678**	91.724
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		**-**	-	**53.338**	91.152
Atribuído a Sócios Não Controladores		**-**	-	**340**	572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	**31/12/17**	**31/12/18**	**31/12/17**
Lucro líquido do exercício	**53.338**	91.152	**53.678**	91.724
Outros componentes de resultado abrangente				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Outros resultados abrangente de controladas	**3.094**	(279)	**3.393**	(333)
Variação cambial investimento no exterior	**18.677**	(12.082)	**19.928**	(11.963)
Total do resultado abrangente do período	**75.109**	78.791	**76.999**	79.428
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	**75.109**	78.791
Atribuído a sócios não controladores	-	-	**1.890**	637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros									
	Nota	Capital social	Reserva de Dividendos	Reserva legal	Reserva estaturária para investimento	Reserva de Incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017		671.713	14.983	22.515	4.164	371.558	111.918	(48.747)	-	1.148.104	9.361	1.157.465
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	3.094	18.677	53.338	75.109	1.890	76.999
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	53.338	53.338	340	53.678
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	3.094	18.677	-	21.771	1.550	23.321
Ajuste de conversão do período	13	-	-	-	-	-	-	18.677	-	18.677	1.251	19.928
Outros resultados abrangentes de controladas	13	-	-	-	-	-	3.094	-	-	3.094	299	3.393
Mutações internas do patrimônio líquido		-	(3.279)	-	-	59.312	(2.695)	-	(53.338)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	(4.083)	-	4.083	-	-	-
Tributos s/realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	1.388	-	(1.388)	-	-	-
Apuração incentivos fiscias - IRPJ		-	-	-	-	4.285	-	-	(4.285)	-	-	-
Subvenção para investimento - ICMS		-	-	-	-	55.027	-	-	(55.027)	-	-	-
Destinação para reserva		-	(3.279)	-	-	-	-	-	3.279	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		671.713	11.704	22.515	4.164	430.870	112.317	(30.070)	-	1.223.213	11.251	1.234.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital	Reserva de lucros									
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Dividendos	Reserva legal	Reserva estaturária para investimento	Reserva de Incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	671.713	(3.120)	19.878	21.464	125.444	298.740	114.892	(36.665)	-	1.212.346	8.724	1.221.070
Transações de capital com sócios	-	3.120	(138.038)	-	(3.120)	-	-	-	(4.995)	(143.033)	-	(143.033)
Cancelamento de ações	-	3.120	-	-	(3.120)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(19.878)	-	-	-	-	-	-	(19.878)	-	(19.878)
Dividendos intermediários distribuídos	-	-	(118.160)	-	-	-	-	-	(4.502)	(122.662)	-	(122.662)
Dividendos mínimos distribuídos	-	-		-	-	-	-	-	(493)	(493)	-	(493)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(279)	(12.082)	91.152	78.791	637	79.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	91.152	91.152	572	91.724
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(279)	(12.082)	-	(12.361)	65	(12.296)
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(12.082)	-	(12.082)	119	(11.963)
Outros resultados abrangentes de controladas	-	-	-	-	-	-	(279)	-	-	(279)	(54)	(333)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	133.143	1.051	(118.160)	72.818	(2.695)	-	(86.157)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(4.083)	-	4.083	-	-	-
Tributos s/realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	1.388	-	(1.388)	-	-	-
Transferência para dividendos	-	-	118.160	-	(118.160)	-	-	-	-	-	-	-
Apuração incentivos fiscais - IRPJ	-	-	-	-	-	2.621	-	-	(2.621)	-	-	-
Subvenção para investimento - ICMS	-	-	-	-	-	70.197	-	-	(70.197)	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.051	-	-	-	-	(1.051)	-	-	-
Reserva de dividendos	-	-	14.983	-	-	-	-	-	(14.983)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	671.713	-	14.983	22.515	4.164	371.558	111.918	(48.747)	-	1.148.104	9.361	1.157.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17 Reapresentado	31/12/18	31/12/17 Reapresentado
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações				
Das Operações Sociais				
Resultado antes dos impostos	**54.880**	91.435	**52.990**	99.720
Equivalência patrimonial	**21.660**	(8.308)	**2.222**	(329)
Baixa na alienação de bens	**295**	78	**3.177**	1.215
Provisão para perdas com propriedade para investimentos	**2.263**	-	**2.263**	-
Provisão para perdas com imobilizado	**-**	-	**656**	-
Reversão da provisão para perdas com imobilizado	**(769)**	(889)	**(5.427)**	(975)
Provisão para perdas com investimentos	**3.044**	2.735	**3.044**	2.735
Reversão da provisão para perdas com investimentos	**(4.623)**	(1.814)	**(4.623)**	(1.814)
Baixa de propriedades para investimentos	**-**	87	**-**	87
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**11.351**	9.928	**12.437**	10.634
Provisão/reversão com perdas nos estoques	**301**	211	**(808)**	289
Depreciação e amortização	**60.470**	57.878	**84.460**	80.881
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	**(88.838)**	(20.629)	**(87.688)**	(21.264)
Juros, variação monetária e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	**128.769**	60.847	**160.135**	69.281
Provisão/reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	**(5.341)**	(5.062)	**(8.084)**	(6.280)
	183.462	186.497	**214.754**	234.180
Redução (aumento) de ativos				
Aplicações financeiras	**(183.303)**	31.835	**(174.795)**	56.269
Contas a receber de clientes	**13.915**	2.352	**11.221**	(16.817)
Estoques	**(61.040)**	(3.907)	**(146.569)**	(28.476)
Impostos a recuperar	**(2.158)**	4.767	**(22.643)**	9.030
Valores a receber	-	31.365	**-**	31.365
Operações com derivativos	**(2.628)**	40	**(2.628)**	40
Depósitos judiciais	**3.091**	(4.679)	**2.885**	(4.742)
Outros ativos	**(5.600)**	9.502	**(6.849)**	12.123
	(237.723)	71.275	**(339.378)**	58.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vicunha Têxtil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais)

(Redução) aumento de passivos				
Fornecedores	**11.663**	(17.291)	**27.569**	7.031
Salários e encargos sociais	**440**	1.192	**(1.662)**	6.121
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(6.966)**	(1.725)	**(8.419)**	(1.725)
Tributos e contribuições	**(1.894)**	(939)	**2.802**	(12.881)
Adiantamento de clientes	**760**	854	**1.361**	890
Provisões diversas	**(16.120)**	(441)	**(12.148)**	(451)
Operações com derivativos	**40.481**	(5.911)	**41.074**	(5.911)
Outras contas a Pagar	**4.950**	747	**5.588**	156
	33.314	(23.514)	**56.165**	(6.770)
Recursos liquidos provenientes das atividades operacionais	**(20.947)**	234.258	**(68.459)**	286.202
Atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	**883.765**	471.057	**1.004.933**	511.009
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e Swap	**(625.872)**	(427.599)	**(749.392)**	(502.216)
Variação no mútuo com partes relacionadas	**(108.713)**	(35.118)	**(54.153)**	(23.817)
Dividendos pagos	**(8.338)**	(193.794)	**(8.346)**	(193.811)
Recursos liquidos usados nas atividades financeiras	**140.842**	(185.454)	**193.042**	(208.835)
Atividades de investimento				
Nas propriedades para investimentos	**(9.540)**	-	**(9.540)**	-
No imobilizado	**(56.237)**	(23.427)	**(110.998)**	(52.371)
No intangível	**(89)**	(594)	**(105)**	(605)
No investimento	**(43.995)**	(4.792)	**(3.007)**	(2.587)
Recursos liquidos usados nas atividades de investimentos	**(109.861)**	(28.813)	**(123.650)**	(55.563)
Variação liquida de caixa e equivalentes de caixa	**10.034**	19.991	**933**	21.804
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
No inicio do exercicio	**45.825**	25.834	**87.278**	65.474
No final do exercicio	**55.859**	45.825	**88.211**	87.278
	10.034	19.991	**933**	21.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas

A Vicunha Têxtil S.A. ("Controladora" ou "Companhia"), com sede na Rodovia Dr. Mendel Steinbruch, s/nº, bloco 1 – Km 9, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, têm como atividades preponderantes: fabricação de tecidos de índigo e de brim, fios, fibras têxteis artificiais e sintéticas e artigos têxteis confeccionados à base de algodão para comercialização nos mercados interno e externo. A Companhia e suas controladas Vicunha Ecuador S.A. e Vicunha Argentina S.A., possuem parques industriais localizados no Brasil (Estados do Rio Grande do Norte e Ceará), Equador e Argentina.

Eventos Societários em 2018:

A Companhia integralizou capital de R$98.000 na sua controlada Vicunha Serviços Ltda., através da conversão de crédito do Contrato de Mútuo que a controladora exercia sobre a controlada, mediante emissão de 98.000.000 quotas.

A Companhia integralizou capital de R$3.000 na AVCO Polímeros do Brasil S.A., mediante emissão de 3.000.000 ações ordinárias nominativas, passando a deter 27,00% do seu capital social.

A Companhia integralizou capital de EUR4.000 mil equivalentes a R$17.865 na sua controlada Vicunha Netherlands B.V., mediante emissão de 4.000.000 ações.

Em novembro de 2018, a Vicunha Uruguay S.A. integralizou capital de USD330 mil equivalentes a COP978.284.970 pesos colombianos na Vicunha Colombia S.A.S., mediante emissão de 300 novas ações.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras.

A conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração na reunião de diretoria realizada em 27 de março de 2019.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas premissas utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tiveram como premissas fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras—Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras individual e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2018.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Vicunha Têxtil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentadas abaixo:

		Participação em			
		2018		2017	
Razão social	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Vicunha Europe S.à.r.l.	Suíça	**100,00**	-	100,00	-
Vicunha Uruguay S.A.	Uruguai	**100,00**	-	100,00	-
Vicunha Imóveis Ltda.	Brasil	**100,00**	-	100,00	-
Vicunha Ecuador S.A.	Equador	**91,16**	-	91,16	-
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	Brasil	**100,00**	-	100,00	-
Vicunha Netherlands B.V.	Holanda	**100,00**	-	100,00	-
Vicunha Argentina S.A.	Argentina	**24,39**	**75,61**	24,39	75,61
Vicunha USA LLC	Estados Unidos	-	**100,00**	-	100,00
Vicunha Perú S.A.C.	Peru	**23,20**	**76,80**	23,20	76,80
Vicunha Colombia S.A.S.	Colômbia	-	**100,00**	-	100,00
Vicunha Mexico S.A. de C.V.	México	-	**100,00**	-	100,00
Vicunha Serviços Ltda.	Brasil	**100,00**	-	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas (participações diretas e indiretas) a partir da data de aquisição, ou constituição, sendo esta a data na qual a Vicunha Têxtil S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras—Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados são eliminados na consolidação.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e a participação dos não controladores. Perdas são atribuídas a participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.2. Reapresentação de cifras comparativas

Os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade em função da reclassificação de variação cambial sobre empréstimos nas demonstrações do fluxo de caixa no valor de R$4.716 na controladora e R$5.552 no consolidado, visando uma melhor apresentação.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada entidade incluída na consolidação determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

3.1.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3.1.2. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.1.3. Controladas no Exterior

A Argentina apresentou um aumento significativo dos indicadores de inflação no primeiro semestre de 2018, acompanhado de um elevado grau de desvalorização do peso Argentino (ARS). Em 14 de junho de 2018, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina ("INDEC") publicou o índice de preços indicando que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%. E conforme estabelecido pelo CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29), pôde concluir que a partir de 01 de julho de 2018 a Argentina foi considerada como uma economia hiperinflacionária.

Os impactos dessa hiperinflação resultante de alterações no poder de compra a Companhia registrou como ajuste de avaliação patrimonial no valor de R$ 41.604 em seu patrimônio líquido, e em seu resultado financeiro o valor de R$(19.366) na demonstração de resultado.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando o efeito deste for relevante, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e de suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

A Companhia aplicou a abordagem simplificada para calcular a perda esperada ao longo de vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes, conforme estabelecido pelo CPC 48.

O resultado do cálculo dessa provisão para perda foi imaterial, devido ao índice de inadimplência ser muito baixo.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto a sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Flutuação nos preços do algodão, principal insumo da Companhia: uma parcela significativa do custo da Companhia e suas controladas é o algodão, commodity internacional que pode sofrer variações de preços.

3.5. Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

3.6. Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção e de reavaliação parcial registrada pela controladora em 2006, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Quando uma inspeção relevante é realizada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os gastos com manutenção e reparos são lançados em despesas quando incorridos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.6. Imobilizado--Continuação

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.7 Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada quando sua vida útil for considerada definida e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis considerados de vida útil indefinida têm sua recuperabilidade testada anualmente, sendo uma provisão para perda registrada quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.9. Propriedades para investimentos

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia optou pelo método de custo para mensurar as propriedades para investimento após o reconhecimento inicial.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Reunião do Conselho de Administração e ratificada na próxima Ata da Assembléia Geral Ordinária.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixas contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia utiliza o custo de captação de recursos como taxa de desconto.

3.13. Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia ou uma de suas controladas se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.13.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias mencionadas a seguir, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas e despesas financeiras.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.13. Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração--Continuação

3.13.1. Ativos financeiros--Continuação

Custo amortizado: os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: para manter o fluxo de caixa contratual e não para venda e cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxo de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Inclui nessa categoria os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de longo prazo oriundas de transações com partes relacionadas. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "receitas ou despesas financeiras" dependendo do resultado.

3.13.2. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.14. Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de taxa de moeda estrangeira, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, bem como contratos de *non deliverable forward* ("NDF's") para proteger o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.14. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos registrados segundo a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), tampouco instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

Classificação entre curto e longo prazo

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

3.15. Reconhecimento de receita

A Companhia adotou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, optando pelo método de transição modificado, cujos números comparativos não foram reapresentados e não foram identificados ajustes materiais naquela data devido a esta nova norma.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Nos exercícios anteriores, a receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida quando houver incerteza significativa de sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.15. Reconhecimento de receita--Continuação

3.15.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

3.15.2. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.16. Impostos

3.16.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido.

3.16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.16. Impostos--Continuação

3.16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.16. Impostos--Continuação

3.16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos a mesma autoridade tributária.

3.16.3 Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.17.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Vicunha adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a necessidade de ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.17.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.17.2. Estimativas e premissas--Continuação

Imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

(i) CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substituiu as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O novo pronunciamento inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

Com vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e

- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota - Instrumentos financeiros por categoria.

No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Companhia e suas controlada quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

Ativo / Passivo Financeiro	Classificação Anterior	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mútuo a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Operações com derivativos	Valor justo do instrumento financeiro	Valor justo através do resultado

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-- Continuação

(i) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

A principal mudança resultante da adoção do CPC 47 decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e o CPC 30 (R1) – Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Administração adotou essa nova norma e não identificou efeito relevante, em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, sendo a transferência dos produtos na medida em que é entregue ao comprador.

3.19 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

(i) CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.19 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018--Continuação

(i) CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento da empresa e concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais a Companhia não controla o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, a empresa contabilizará no ativo não circulante na conta de direito e uso e no passivo de arrendamentos no valor presente estimado de R$12.670 em 1o de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

A Companhia espera que a adesão do CPC 06 (R2) não afetará sua capacidade de atender os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Caixa	**15**	14	**293**	271
Bancos (i)	**10.505**	3.571	**42.579**	38.967
Câmbio a liquidar (ii)	**45.339**	39.344	**45.339**	45.144
Aplicações financeiras	**-**	2.896	**-**	2.896
Total	**55.859**	45.825	**88.211**	87.278

(i) Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

(ii) Câmbio a liquidar corresponde aos valores recebidos em moeda estrangeira, cujo fechamento do câmbio ainda não foi efetuado a critério da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Nas aplicações financeiras, a Companhia detém compromissos de recompra da instituição financeira a partir de período de carência inferior a 90 dias, sem risco de perda e mudança significativa de valor e com liquidez diária, ou referem-se à aplicação em fundo de investimento com liquidez diária.

5. Aplicações financeiras

Composição das aplicações financeiras por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Certificados de depósitos bancários (i)	**247.875**	52.849	**248.231**	58.816
Compromissada DI	**-**	9.880	**-**	9.880
Fundo de liquidez - CDB (ii)	**14.766**	13.883	**14.766**	13.883
Renda variável (iii)	**43.555**	41.288	**43.555**	41.288
Outros	**6**	21	**6**	2.915
	306.202	117.921	**306.558**	126.782
(-) Circulante	**(291.436)**	(104.038)	**(291.792)**	(112.899)
Não circulante	**14.766**	13.883	**14.766**	13.883

(i) Aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários com vencimento de até 721 dias e remuneração entre 96,0% a 113,0% do Certificado de Depósitos Interbancários.

(ii) Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário com vencimento em 27/01/2022 e remunerada a 99% do CDI. Essa constitui Fundo de Liquidez, junto ao Banco do Nordeste, que serve como garantia à operação de FNE.

(iii) Refere-se à 4.927.000 ações ordinárias da CSN.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 19.

6. Contas a receber de clientes

a) Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Clientes nacionais	**288.021**	339.200	**322.460**	362.114
Clientes no exterior	**41.936**	34.050	**195.578**	162.371
Clientes no exterior - Partes relacionadas	**112.621**	61.556	**9.437**	5.188
Títulos a receber outros	-	2.715	**8.446**	10.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(52.677)**	(56.420)	**(77.468)**	(80.125)
Ajuste a valor presente	**(2.810)**	(2.833)	**(2.810)**	(2.833)
	387.091	378.268	**455.643**	457.462

Para mais informações sobre os termos e condições envolvendo contas a receber de partes relacionadas, vide Nota 9.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas constituem a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
No início do exercício	**(56.420)**	(58.657)	**(80.125)**	(81.384)
Aquisição de controlada	-	-	-	(272)
Constituição de provisão/reversão e perdas	**(11.351)**	(9.928)	**(12.437)**	(10.634)
Títulos baixados no contas a receber	**15.094**	12.165	**15.094**	12.165
No final do exercício/período	**(52.677)**	(56.420)	**(77.468)**	(80.125)

6. Contas a receber de clientes - Continuação

c) Vencimentos das contas a receber, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Contas a receber a vencer	**280.601**	295.919	**386.197**	375.926
Contas a receber de créditos negociados	**14.821**	24.334	**20.197**	26.671
Contas a receber vencidas:				
Até 30 dias	**17.778**	29.571	**24.034**	36.792
De 31 a 60 dias	**14.260**	9.316	**9.340**	10.711
De 61 a 90 dias	**20.215**	3.103	**6.880**	3.125
De 91 a 180 dias	**39.416**	16.025	**8.634**	3.933
Acima de 181 dias	**-**	-	**361**	304
	387.091	378.268	**455.643**	457.462

d) Contas a receber por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Reais	**237.520**	286.365	**264.347**	300.969
Dólares americanos	**149.571**	91.903	**117.745**	91.435
Euros	-	-	**13.209**	12.482
Solo peruano	-	-	**8.849**	5.606
Pesos	-	-	**51.493**	46.970
	387.091	378.268	**455.643**	457.462

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e de moeda relacionados às contas a receber é divulgada na Nota 19.

7. Estoques

a) Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Produtos acabados	**146.691**	122.395	**295.193**	201.880
Produtos em elaboração	**85.141**	76.978	**87.409**	79.114
Matérias-primas	**78.690**	51.353	**112.891**	73.562
Suprimentos, embalagens e outros	**56.281**	48.724	**100.335**	90.509
Adiantamento a fornecedores	**6.223**	6.110	**13.763**	11.614
Provisão para perdas com estoques	**(1.109)**	(808)	**(5.915)**	(6.723)
	371.917	304.752	**603.676**	449.956

7. Estoques - Continuação

b) Movimentação da provisão para perdas com estoques

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
No início do exercício	**(808)**	(597)	**(6.723)**	(2.190)
Aquisição de controlada	**-**	-	**-**	(4.244)
Provisão constituída	**(1.522)**	(1.215)	**(1.522)**	(1.293)
Reversão de provisão	**1.221**	1.004	**2.330**	1.004
No final do exercício/período	**(1.109)**	(808)	**(5.915)**	(6.723)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**8.326**	10.880	**10.751**	12.297
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	**2.010**	2.065	**2.010**	2.065
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	**17**	160	**95**	415
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	**17.676**	18.212	**31.288**	35.479
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	**2.378**	1.387	**2.538**	1.516
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**3.986**	-	**11.072**	1.584
Programa de Integração Social - PIS	**865**	-	**2.428**	362
Imposto sobre o Valor Agregado - IVA	**-**	-	**14.878**	3.228
Antecipação de parcelamento de impostos federais	**2.096**	2.158	**2.096**	2.158
Outros	**1.382**	2.466	**2.491**	3.897
Total	**38.736**	37.328	**79.647**	63.001
(-) Circulante	**(20.385)**	(18.667)	**(60.159)**	(44.253)
Não circulante	**18.351**	18.661	**19.488**	18.748

9. Partes relacionadas

A estrutura societária da Companhia é a seguinte:

- CFL Participações S.A. – detêm 40% da Vicunha Participações S.A.;
- Rio Purus Participações S.A. – detêm 60% da Vicunha Participações S.A.;
- Vicunha Participações S.A. – detêm 72,78% da Têxtilia S.A.; e
- Têxtília S.A. – detêm 92,73% da Vicunha Têxtil S.A.

A controladora Textília S.A. adquiriu do Banco BTG Pactual S.A. 27,22% do seu capital social, equivalente a 3.005.556.474 ações PN , mantendo-as em tesouraria.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações provenientes do curso normal das operações de vendas e compras entre as partes relacionadas e contratos de mútuos. A Companhia não espera incorrer em perdas com essas transações.

9. Partes relacionadas--Continuação

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordados em contratos firmados entre as partes envolvidas.

a) Saldos e transações com partes relacionadas:

									Controladora
	Ativo Circulante				Ativo não Circulante	Passivo Circulante		Transações	
	Aplicações Financeiras	Contas a Receber	Adiantamento a Fornecedores	Dividendos a Receber	Contratos de Mútuo	Fornecedores	Conta corrente	Receitas	Despesas
Banco Fibra S.A.	16.203	-	-	-	-	-	-	826	-
Vicunha Argentina S.A.	-	28.693	-	-	-			51.219	-
Vicunha Europe S.à.r.l	-	-	-	735	-	-	-	1.225	746
Vicunha Peru S.A.C.	-	12.482	-	-	-	-	-	20.092	-
Vicunha Netherlands B.V.	-	35.516	-	-	-	-	-	41.649	-
Vicunha Colombia S.A.S.	-	5.772	-	-	-	-	-	5.686	-
Vicunha Ecuador S.A.	-	19.024	32	-	-	222	-	25.180	-
Vicunha Mexico S.A. de C.V.	-	11.134	-	-	-	-	-	11.103	-
Vicunha Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Vicunha Serviços Ltda.	-	-	-	-	18.849	-	-	2.612	-
Elizabeth S.A. - Ind. Textil	-	-	-	-	41.494	-	-	2.487	-
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	-	-	-	-	2.702	322	-	229	-
Vicunha Distr. de Prod. Texteis Ltda.	-	-	-	-	30.875	15.324	-	816	-
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	-	-	-	7.204	-	-	228	-
Vicunha Aços S.A.	-	-	-	-	40.759	-	-	4.078	-
Valores relativos a 31/12/18	16.203	112.621	32	735	141.883	15.868	-	167.431	746
Valores relativos a 31/12/17	21.126	61.556	-	3.656	131.629	1.738	459	134.225	28.703

9. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

					Consolidado
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante		Transações
	Aplicações Financeiras	Contratos de mutuo	Fornecedores	Conta Corrente	Receitas
Banco Fibra S.A.	**16.203**	-	-	-	**826**
Elizabeth S.A. - Ind. Textil	-	**49.752**	-	-	**2.982**
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	-	**2.702**	**322**	-	**229**
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	**7.204**	-	-	**228**
Vicunha Aços S.A.	-	**68.355**	-	-	**5.732**
Valores relativos a 31/12/18	**16.203**	**128.013**	**322**	-	**9.997**
Valores relativos a 31/12/17	25.592	74.321	416	459	13.229

9. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração dos administradores

Os administradores que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia são os membros do conselho de administração e os diretores estatutários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram assim remunerados:

	Controladora e Consolidado	
	2018	**2017**
Remuneração dos conselheiros e estatutários	**7.169**	6.537
Benefícios indiretos	**7.580**	9.863
Outros	**112**	100
Remuneração total paga a pessoal-chave da administração	**14.861**	16.500

10. Propriedades para investimentos

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Terrenos	**10.642**	7.803	**26.090**	7.888
Edificações	**5.358**	980	**13.719**	1.006
	16.000	8.783	**39.809**	8.894

O valor de mercado das propriedades para investimentos é revisado anualmente, sendo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de aproximadamente R$156.127, montante o qual foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada em avaliação desse tipo de propriedade para investimento. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, esses ativos são mantidos na contabilidade a custo histórico.

10. Propriedades para investimentos-Continuação

b) Movimentação dos saldos

	Controladora			Consolidado		
Custo:	**Terrenos**	**Edificações**	**Total**	**Terrenos**	**Edificações**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016	**7.584**	**980**	**8.564**	**7.669**	**1.006**	**8.675**
Adições	306	-	306	306	-	306
Baixas	(87)	-	(87)	(87)	-	(87)
Em 31 de dezembro de 2017	**7.803**	**980**	**8.783**	**7.888**	**1.006**	**8.894**
Adições	2.899	6.641	9.540	2.899	6.641	9.540
Baixas	(60)	-	(60)	(60)	-	(60)
Provisão para perda a valor justo	-	(2.263)	(2.263)	-	(2.263)	(2.263)
Transferências	-	-	-	15.363	8.335	23.698
Em 31 de Dezembro de 2018	**10.642**	**5.358**	**16.000**	**26.090**	**13.719**	**39.809**

11. Imobilizado

a) Controladora

Custo ou Avaliação:	Terrenos	Edificações	Máquinas Equipam.	Móveis e Utensílios e Instalações	Equipam. informática	Veículos	Outros (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**9.053**	**359.782**	**773.192**	**66.043**	**25.319**	**2.618**	**4.151**	**1.240.158**
Adições	-	91	17.958	3.988	1.199	191	-	23.427
Baixas	-	-	(3.000)	(22)	(161)	(337)	-	(3.520)
Transferência	-	-	3.709	(242)	(5)	-	(3.467)	(5)
Reversão Provisão para perda	-	-	889	-	-	-	-	889
Em 31 de dezembro de 2017	**9.053**	**359.873**	**792.748**	**69.767**	**26.352**	**2.472**	**684**	**1.260.949**
Adições	-	2.625	21.402	8.715	3.679	752	19.064	56.237
Baixas	-	-	(10.466)	(606)	(276)	(522)	-	(11.870)
Transferência	-	(913)	9.458	(1.743)	(14)	-	(6.788)	-
Reversão Provisão para perda	-	-	769	-	-	-	-	769
Em 31 de Dezembro de 2018	**9.053**	**361.585**	**813.911**	**76.133**	**29.741**	**2.702**	**12.960**	**1.306.085**
Depreciação perda por redução ao valor recuperável								
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(145.252)**	**(461.159)**	**(52.381)**	**(17.744)**	**(1.596)**	**-**	**(678.132)**
Despesas de depreciação no período	-	(6.207)	(46.276)	(1.746)	(2.617)	(335)	-	(57.181)
Baixas	-	-	2.997	17	158	270	-	3.442
Transferência	-	-	(10)	10	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	**-**	**(151.459)**	**(504.448)**	**(54.100)**	**(20.203)**	**(1.661)**	**-**	**(731.871)**
Despesas de depreciação no período	-	(6.208)	(49.013)	(2.049)	(2.298)	(352)	-	(59.920)
Baixas	-	-	10.391	604	275	365	-	11.635
Em 31 de Dezembro de 2018	**-**	**(157.667)**	**(543.070)**	**(55.545)**	**(22.226)**	**(1.648)**	**-**	**(780.156)**
Em 31 de Dezembro de 2018	**9.053**	**203.918**	**270.841**	**20.588**	**7.515**	**1.054**	**12.960**	**525.929**
Em 31 de dezembro de 2017	9.053	208.414	288.300	15.667	6.149	811	684	529.078
	-	1% a 5%	10%	10%	20%	20%	-	

(*) O valor de R$12.960 na coluna outros refere-se a adiantamentos para aquisição de imobilizado.

11. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

Custo ou Avaliação:	Terrenos	Edificações	Máquinas Equipam.	Móveis e Utensílios e Instalações	Equipam. Informática	Veículos	Outros (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**87.118**	**559.889**	**951.415**	**134.401**	**28.903**	**4.445**	**12.322**	**1.778.493**
Aquisição de controladas	-	-	85.588	2.234	2.462	188	-	90.472
Adições	-	112	17.958	5.528	1.221	299	27.253	52.371
Baixas	-	(44)	(7.201)	(94)	(297)	(541)	(12)	(8.189)
Variação cambial	89	(73)	(88)	(1.097)	14	(3)	(1.806)	(2.964)
Transferência	8	73	11.699	2.918	407	142	(15.439)	(192)
Reversão Provisão para perda	-	49	926	-	-	-	-	975
Em 31 de dezembro de 2017	**87.215**	**560.006**	**1.060.297**	**143.890**	**32.710**	**4.530**	**22.318**	**1.910.966**
Adições	-	2.875	21.445	12.500	3.708	780	69.690	110.998
Baixas	-	-	(14.162)	(1.454)	(357)	(697)	(13)	(16.683)
Transferência	(15.422)	(8.051)	19.902	3.899	188	22	(26.528)	(25.990)
Variação cambial	3.352	14.407	50.243	13.944	986	398	(8.986)	74.344
Provisão para perda	-	-	(470)	(186)	-	-	-	(656)
Reversão Provisão para perda	-	-	4.269	1.081	77	-	-	5.427
Em 31 de Dezembro de 2018	**75.145**	**569.237**	**1.141.524**	**173.674**	**37.312**	**5.033**	**56.481**	**2.058.406**
Depreciação perda por redução ao valor recuperável								
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(185.331)**	**(544.490)**	**(72.717)**	**(20.602)**	**(2.364)**	**(794)**	**(826.298)**
Aquisição de controladas	-	-	(86.562)	(649)	(2.205)	(125)	-	(89.541)
Despesas de depreciação no período	-	(12.106)	(56.846)	(7.019)	(3.086)	(483)	(95)	(79.635)
Baixas	-	1	6.293	41	284	362	-	6.981
Variação cambial	-	(56)	(262)	440	(14)	7	126	241
Transferência	-	-	(9)	10	(1)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	**-**	**(197.492)**	**(681.876)**	**(79.894)**	**(25.624)**	**(2.603)**	**(763)**	**(988.252)**
Despesas de depreciação no período	-	(8.145)	(63.226)	(8.684)	(2.734)	(528)	(40)	(83.357)
Baixas	-	-	11.939	803	346	478	-	13.566
Transferência	-	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Variação cambial	-	(5.029)	(27.843)	(5.165)	(842)	(238)	(1.012)	(40.129)
Em 31 de Dezembro de 2018	**-**	**(208.374)**	**(761.006)**	**(92.940)**	**(28.854)**	**(2.891)**	**(1.815)**	**(1.095.880)**
Em 31 de Dezembro de 2018	75.145	360.863	380.518	80.734	8.458	2.142	54.666	962.526
Em 31 de dezembro de 2017	87.215	362.514	378.421	63.996	7.086	1.927	21.555	922.714
	-	1% a 5%	10%	10%	20%	20%	-	

(*) O valor de R$54.666 na coluna outros, refere-se a adiantamento para compra de imobilizado, construções em andamento e benfeitorias em imóveis de terceiros.

11. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Revisão da vida útil

A Administração da Companhia não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado e atualização do parque industrial.

Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa n° 15.

Valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

12. Intangível

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Programas e implantação de sistemas	**811**	1.272	**3.794**	4.303
Ágio sobre investimentos	**4.722**	4.722	**5.960**	5.343
	5.533	5.994	**9.754**	9.646

13. Investimentos

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Participação em empresas coligadas e controladas	**644.073**	499.231	**8.727**	7.949
Outros investimentos	**23.254**	21.668	**23.254**	21.668
Total	**667.327**	520.899	**31.981**	29.617

13. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos saldos em empresas coligadas e controladas

	Vicunha Europe S.à.r.l.	Vicunha Uruguay S.A.	Vicunha Distr. de Prod. Têxteis Ltda.	Vicunha Ecuador S.A.	AVCO Polímeros do Brasil S.A.	Vicunha Argentina S.A.	Vicunha Imóveis Ltda.	Vicunha Serviços Ltda.	Vicunha Peru S.A.C.	Vicunha Netherlands B.V.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.336	96.233	29.599	96.367	7.949	22.293	223.732	-	2.724	12.998	499.231
Equivalência patrimonial	126	(23.398)	3.840	3.506	(2.222)	(7.082)	(298)	4.193	145	(595)	(21.785)
Lucro não realizado nos estoques	-	(140)	-	(131)	-	650	-	-	-	(254)	125
Aumento de capital	-	-	-	-	3.000	-	-	98.000	-	17.865	118.865
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	26.554	-	-	-	-	26.554
Dividendos	(47)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47)
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.138	2.518	-	12.888	-	333	-	-	338	1.462	18.677
Resultados abrangentes	-	-	-	3.094	-	-	-	-	-	-	3.094
Reversão patrimônio negativo	-	-	-	-	-	-	-	(641)	-	-	(641)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.553	75.213	33.439	115.724	8.727	42.748	223.434	101.552	3.207	31.476	644.073

O resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da controladora está deduzido no valor de R$125, referente ao lucro não realizado nos estoques.

13. Investimentos--Continuação

c) Informações das investidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Empresas	Quantidade ações/quotas	% Participação	Lucro/ prejuízo líquido do período	Ativo	Passivo	Receita	Capital social	Patrimônio Líquido Total	Nossa Participação Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Vicunha Europe S.à.r.l.	2	100	126	9.611	1.058	3.361	3.919	8.553	8.553	126
Vicunha Uruguay S.A.	1.706.218.525	100	(23.538)	240.824	165.611	351.664	190.038	75.213	75.213	(23.538)
Vicunha Distr. de Prod.Têxteis Ltda.	41.250.999	100	3.840	73.665	40.227	69.676	41.251	33.439	33.439	3.840
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	8.100.000	27,00	(8.505)	117.535	94.213	80.099	21.000	32.322	8.727	(2.222)
Vicunha Peru S.A.C.	2.289.001	23,20	624	34.028	20.206	28.340	11.304	13.822	3.207	145
Vicunha Argentina S.A.	60.984.296	24,39	(28.382)	190.807	95.656	316.107	123.101	95.151 (*)	42.748	(6.432)
Vicunha Ecuador S.A.	15.952.426	91,16	3.715	353.239	226.265	208.555	67.809	126.974	115.724	3.375
Vicunha Imóveis Ltda.	230.784.494	100	(298)	224.829	1.395	8.664	230.784	223.434	223.434	(298)
Vicunha Serviços Ltda.	144.094.659	100	4.193	134.021	32.469	32.206	144.095	101.552	101.552	4.193
Vicunha Netherlands B.V.	5.500.000	100	(849)	89.527	58.051	91.810	24.415	31.476	31.476	(849)
Total									644.073	(21.660)

(*) Inclui adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Controladora Vicunha Têxtil S.A. na Controlada Vicunha Argentina S.A. de R$26.554.

13. Investimentos--Continuação

c) Informações das investidas--Continuação

	Saldo em 31 de dezembro de 2017									
Empresas	Quantidade ações/quotas	% Participação	Lucro/ prejuízo líquido do período	Ativo	Passivo	Receita	Capital social	Patrimônio Líquido Total	Nossa Participação Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Vicunha Europe S.à.r.l.	2	100	(6.806)	12.900	5.564	20.772	3.373	7.336	7.336	(6.806)
Vicunha Uruguay S.A.	1.706.218.525	100	7.221	163.215	66.982	317.774	190.038	96.233	96.233	7.221
Vicunha Distr. de Prod.Têxteis Ltda.	41.250.999	100	1.529	37.718	8.119	15.609	41.251	29.599	29.599	1.529
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	5.100.000	25,50	1.509	60.295	38.124	62.634	11.000	22.171	7.949	329
Vicunha Peru S.A.C.	2.289.001	23,20	1.208	15.326	3.586	22.532	10.066	11.740	2.724	161
Vicunha Argentina S.A.	60.984.296	24,39	11.168	140.548	47.935	327.646	43.826	92.613	22.293	2.439
Vicunha Ecuador S.A.	15.952.426	91,16	6.388	282.013	176.286	190.871	57.890	105.727	96.367	5.816
Vicunha Imóveis Ltda.	230.784.494	100	(4.629)	224.341	609	8.220	230.784	223.732	223.732	(4.629)
Vicunha Serviços Ltda.	46.094.659	100	(822)	115.411	116.052	4.940	46.095	(641)	(641)	(822)
Vicunha Netherlands B.V.	1.500.000	100	3.070	45.996	32.998	54.041	5.954	12.998	12.998	3.070
Total									498.590	8.308
Patrimônio negativo de controladas									641	-
Total									499.231	8.308

13. Investimentos--Continuação

c) Informações das investidas--Continuação

Vicunha Europe S.à.r.l

Localizada em Nion, na Suíça, tem por objeto social o comércio e a representação de produtos têxteis, fundamentalmente nos mercados europeu e asiático.

Vicunha Uruguay S.A.

Localizada em Montevidéu, no Uruguai, tem por objeto social a confecção, fabricação, comercialização, distribuição, importação e exportação de produtos em geral, bem como a administração de empresas no país e no exterior, possuindo investimentos diretos nas seguintes controladas: Vicunha Argentina S.A., Vicunha USA LLC, Vicunha Peru S.A.C. e Vicunha Colombia S.A.S.

Vicunha Argentina S.A.

Localizada em San Juan, na Argentina, tem por objeto social a industrialização e comercialização de produtos têxteis.

Vicunha USA LLC.

Localizada em New York, tem por objeto social a intermediação de produtos têxteis.

Vicunha Peru S.A.C.

Localizada em Lima, tem por objeto social a confecção, fabricação, comercialização, distribuição, importação e exportação de produtos têxteis.

Vicunha Colombia S.A.S.

Localizada em Medellín, tem por objeto social a intermediação de produtos têxteis.

Vicunha Imóveis Ltda.

Localizada em São Paulo – SP, tem por objeto social a administração de bens próprios e participação no capital de outras sociedades.

13. Investimentos - Continuação

c) Informações das investidas - Continuação

Vicunha Ecuador S.A.

Localizada em Quito, tem por objeto social a industrialização e comercialização de produtos têxteis.

Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.

Localizada em São Paulo – SP, tem por objeto social as atividades de distribuição, comércio por atacado, a importação e exportação, e armazenamento de produtos têxteis.

AVCO Polímeros do Brasil Ltda.

Localizado em Maracanaú – CE, tem por objeto social a fabricação, a comercialização, a importação e exportação de polímeros. A Vicunha possui influência significativa sobre tal investida, porém, não a controla.

Vicunha Netherlends B.V.

Localizada em Amsterdam, na Holanda, tem por objeto, a compra, a venda, importação, exportação e distribuição de produtos têxteis preponderantemente no mercado europeu, possui investimento direto na Vicunha Mexico S.A. de C.V.

Vicunha Mexico S.A. de C.V.

Localizada no México, tem por objeto social a compra, venda, a comercialização, a distribuição, a importação e exportação de produtos têxteis.

Vicunha Serviços Ltda.

Localizada em São Paulo – SP, tem por objeto a prestação de serviços de tratamento de água e esgoto e outras atividades.

13. Investimentos – Continuação

d) Investimentos registrados ao custo de aquisição:

	Controladora e consolidado	
	2018	**2017**
Companhia Fiação e Tecidos Santo Antonio (i)	**14.883**	14.883
Eletrobrás, líquido de provisão (ii)	**8.128**	6.549
Outros investimentos	**243**	236
Total	**23.254**	21.668

(i) A participação da Companhia no capital da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio é de 11,03%.

(ii) No passado, a União Federal instituiu empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, exigido através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. A restituição do referido empréstimo foi realizada pela própria Eletrobrás mediante conversão dos créditos em títulos ao portador, posteriormente convertidos em ações preferenciais da Eletrobrás, e sem a devida atualização monetária e incidência de juros sobre própria atualização. Nesse sentido, a Companhia ingressou com ações judiciais com o pedido de reconhecimento do direito a atualização monetária do crédito e o acréscimo de juros de 6% a.a. sobre o montante da atualização. A probabilidade de ganho das referidas ações judiciais, segundo os assessores jurídicos da Companhia, é provável, atribuindo o valor histórico da causa de R$11.946. O valor efetivo do provável crédito dependerá de trânsito em julgado das ações e posterior liquidação de sentença com a homologação de perícias contábeis.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
No país	**64.909**	44.162	**50.617**	44.916
No exterior	**800**	2.686	**42.832**	23.329
Total	**65.709**	46.848	**93.449**	68.245

15. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

Modalidade/Aplicação	Encargos	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Moeda Nacional:					
PROVIN/PROADI (i)	TR + 3,0% a.a. ou TJLP + 6.0%a.a.	**1.560**	1.386	**1.560**	1.386
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	7,5% a 8,5% a.a.	**79.596**	105.852	**79.596**	105.852
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME/BNDES	2,5% a 9,5% a.a.	**15.735**	25.006	**15.735**	25.006
Capital de giro	CDI+2,62% a 3,7%a.a. e 136,5% do CDI	**256.535**	188.025	**256.535**	188.025
Capital de giro	125% a 126% do CDI	**-**	-	**5.776**	17.333
Nota de Crédito à Exportação - NCE	114% a 128,25% do CDI	**75.257**	133.420	**75.257**	133.420
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	115% do CDI	**240.408**	-	**240.408**	-
VENDOR	0,68% a.m.	**5.618**	3.296	**5.618**	3.296
Leasing	100% do CDI	**3.194**	4.184	**3.194**	4.184
		677.903	461.169	**683.679**	478.502
Moeda Estrangeira:					
Pré-Pagamento à Exportação - PPE	VC + 4,07% a 4,19% a.a. e CDI+2,50% a.a.	**59.564**	96.086	**59.564**	96.086
Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC	VC + 4,25% a 6,07% a.a. e pré 8,23% a.a.	**353.978**	218.914	**353.978**	218.914
Adiantamento sobre Cambiais Entregues - ACE	VC + 5,65% a.a.	**31.565**	-	**31.565**	-
Financiamento às Importações - FINIMPs	VC + 4,50% a 4,55% a.a. e CDI+2,95% a.a.	**11.228**	35.434	**14.026**	35.434
CCB (Resolução 4131)	VC + 2,98% a.a.	**59.071**	-	**59.071**	-
Agência Italiana de Crédito à Exportação - ECA	VC + Libor 6m. + 1,75% a.a.	**36.208**	31.252	**48.958**	31.252
Capital de giro	Libor 6m+ 4,15% a 4,40% a.a. e 5,75% a.a.	**-**	-	**88.222**	97.474
Capital de giro (em ARS)	9,95% a.a.	**-**	-	**3.018**	5.813
Capital de giro	VC+4,75% a 7,00% a.a.	**-**	-	**18.189**	-
Financiamento de investimentos - BICE	badlar + 5,00% a.a.	**-**	-	**9.488**	-
Offshore Loan	6,52% a.a.	**-**	-	**31.072**	21.677
		551.614	381.686	**717.151**	506.650
Total		**1.229.517**	842.855	**1.400.830**	985.152
(-) Circulante		**(835.042)**	(479.266)	**(959.307)**	(571.640)
Não circulante		**394.475**	363.589	**441.523**	413.512

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Os montantes das parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	2018	
Vencimento	**Controladora**	**Consolidado**
2020	**218.208**	**237.274**
2021	**137.263**	**149.916**
2022	**29.227**	**38.072**
Acima de 2023	**9.777**	**16.261**
Não circulante	**394.475**	**441.523**

O contrato de empréstimo celebrado com Inter-American Development Bank ("IDB") prevê o atendimento a um indicador de limite de dívida pela Companhia e sua controlada Vicunha Ecuador S.A., bem como a apresentação periódica de determinados documentos para o IDB.

Os contratos de empréstimos celebrados com o Banco BTG Pactual e SACE (ECA) preveem o atendimento a indicador de limite de dívida pela Companhia.

CRAs – São Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos para obtenção de recursos destinados a financiar a cadeia do agronegócio. Essas operações possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados a percentual de dívida bruta/patrimônio líquido e dívida liquida/EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2018, os índices financeiros requeridos pelas instituições financeiras foram plenamente atendidos pela Companhia.

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Garantias, hipotecas e fianças em 31 de dezembro de 2018

A companhia possui garantias de empréstimos e financiamentos no valor de R$797.872, sendo R$681.973 constituídas em hipoteca e alienação fiduciária de imóveis, notas promissórias, aval da holding Vicunha Participações S.A., penhor de algodão, cash collateral, standby credit letter e duplicatas e R$115.899 em aval da Vicunha Têxtil S.A. para empréstimos e financiamento de suas subsidiárias.

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Composição dos impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
Diferido Ativo	**2018**	2017	**2018**	2017
Prejuízos fiscais de imposto de renda	**720**	720	**720**	720
Bases negativas de contribuição social	**258**	258	**258**	258
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição das empresas controladas	**-**	-	**66.927**	69.033
Diferenças temporárias				
Provisões trabalhistas e cíveis	**2.719**	4.542	**2.719**	4.542
Provisões fiscais	**7.526**	7.521	**7.526**	7.521
Provisões para perdas em estoque	**377**	275	**377**	275
Provisões s/comissões sobre vendas	**1.499**	1.509	**1.499**	1.509
Provisões s/participação nos Resultados	**-**	5.481	**-**	5.481
Provisão para crédito liquidação duvidosa	**6.549**	5.001	**6.549**	5.001
Provisão perdas financeiras	**20.460**	8.233	**20.460**	8.233
Outros	**1.385**	877	**1.385**	877
Ativo fiscal diferido	**41.493**	34.417	**108.420**	103.450
Diferido Passivo				
Reavaliação de bens do imobilizado	**(45.027)**	(46.416)	**(45.027)**	(46.416)
Depreciações	**(11.020)**	(10.250)	**(11.020)**	(10.250)
Operações com Derivativos	**(893)**	-	**(893)**	-
Deságio sobre investimentos	**(105)**	(105)	**(105)**	(105)
Ajuste Financeiro a Valor Justo	**(15)**	-	**(15)**	-
Passivo fiscal diferido	**(57.060)**	**(56.771)**	**(57.060)**	**(56.771)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos,líquidos	**(15.567)**	(22.354)	**51.360**	46.679

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

b) A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Lucro Antes da Tributação	**54.880**	91.435	**52.990**	99.720
Alíquotas oficiais - %	**34**	34	**34**	34
(Despesas) de IR/CS ás alíquotas oficiais	**(18.659)**	(31.088)	**(18.017)**	(33.905)
Conciliação para alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	**(7.365)**	2.825	**(755)**	112
Outras adições	**(1.129)**	(1.224)	**(6.152)**	(3.407)
Ajuste preço de transferência para exterior	**(216)**	(415)	**(216)**	(415)
Utilização de créditos fiscais	**391**	235	**391**	235
Reversão(provisão) indedutíveis	**1.058**	1.241	**1.058**	1.241
Outras exclusões	**1.384**	1.654	**1.384**	1.654
Incentivos Fiscais (nota explicativa nº 26)	**4.285**	2.622	**4.285**	2.622
Subvenções para Investimento - ICMS	**18.709**	23.867	**18.709**	23.867
	(1.542)	(283)	**687**	(7.996)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(8.328)**	(3.829)	**(8.718)**	(15.481)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	**6.786**	3.546	**9.405**	7.485
Despesas de imposto de renda e contribuição social	**(1.542)**	(283)	**687**	(7.996)
Alíquotas efetivas	**3%**	0%	**0%**	8%

17. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Considerando a dependência de resultados judiciais ou administrativos incertos e apeláveis, não há evidência objetiva sobre o cronograma de pagamento futuro das respectivas provisões.

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	**2018**	2017
Cíveis (i)	**913**	1.351	**913**	1.351
Trabalhistas (ii)	**6.503**	11.419	**9.811**	17.265
Tributárias (iii)	**12.524**	12.511	**12.895**	13.338
	19.940	25.281	**23.619**	31.954

i) *Cíveis*

Representadas por litígios decorrentes da relação com terceiros, representantes, clientes e acidentes de trabalho.

ii) *Trabalhistas*

Representadas, principalmente, por litígios decorrentes de reclamações trabalhistas e encargos previdenciários e ações indenizatórias por perdas.

iii) *Tributárias*

Refere-se, substancialmente, a processo relacionado ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS no qual a Companhia questiona a constitucionalidade da contribuição ao referido fundo pela alíquota de 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos aos empregados em caso de demissão sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração de cada trabalhador, imposta pela lei complementar 110/2001.

17. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

b) Contingências

A Companhia é parte de outros processos administrativos e judiciais, apresentando o montante aproximado de R$189.922 (R$219.147 em 31 de dezembro de 2017), sendo R$189.686 equivalentes a processos fiscais e previdenciários e R$236 de reclamações trabalhistas. As análises realizadas por assessores jurídicos da Companhia definem tais processos como de risco de perda possível, não requerendo a constituição de provisão, conforme descrição abaixo:

i. *Estaduais*

A Companhia discute créditos estaduais no montante de R$74.302, abrangendo as seguintes matérias:

(i.i) presunção de simulação de saída interestadual no valor de R$28.847;

(i.ii) divergência sobre a aplicação do diferimento do ICMS no montante de R$17.854;

(i.iii) divergência sobre a metodologia de cálculo do FDI/PROVIN no montante de R$16.955;

(i.iv) outros assuntos relacionados ao ICMS no valor de R$10.646.

ii. *Federais*

No âmbito federal, persistem contingências no montante de R$115.384 referentes aos seguintes temas:

(ii.i) Imposto de Importação, PIS e COFINS no total de R$45.959, decorrentes de supostos descumprimentos das regras relativas ao Drawback, por entender a União Federal de que a vinculação física entre a matéria-prima estrangeira e o produto final exportado seria fundamental ao adimplemento deste regime, em detrimento dos critérios da equivalência e fungibilidade.

(ii.ii) divergência sobre o cumprimento das metas do Programa Especial de Exportação (BEFIEX), com exigência de Imposto de Importação e do IPI no montante de R$31.445;

(ii.iii) compensações não homologadas de tributos federais no valor de R$25.777;

17. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

b) Contingências--Continuação

ii. *Federais--Continuação*

(ii.iv) outros assuntos no valor de R$12.203.

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Controladora			
	2017	**Adições**	**Reversões**	**2018**
Cíveis	1.351	346	(784)	**913**
Trabalhistas	11.419	2.332	(7.248)	**6.503**
Tributárias	12.511	1.523	(1.510)	**12.524**
	25.281	4.201	(9.542)	**19.940**

	Consolidado			
	2017	**Adições**	**Reversões**	**2018**
Cíveis	1.351	346	(784)	**913**
Trabalhistas	17.265	3.269	(10.723)	**9.811**
Tributárias	13.338	1.872	(2.315)	**12.895**
	31.954	5.487	(13.822)	**23.619**

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social era de R$671.713, representado por 41.740.584 ações:

	Autorizadas	**Subscritas e Integralizadas**
Ações ordinárias	100.000.000	21.634.848
Ações preferenciais:		
Classe "A"	25.000.000	447.013
Classe "B"	75.000.000	19.658.723
	200.000.000	41.740.584

18. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Características das ações

As ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ordinárias não podem ser convertidas em nenhuma outra espécie de ações; as ações preferenciais classe "A" destinam-se à subscrição com recursos de fundos oficiais de investimento, especialmente do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, e à conversão de ações e de debêntures conversíveis por eles adquiridas, e ainda à subscrição de ações a que foram atribuídos incentivos fiscais de qualquer natureza e poderão, a pedido do acionista, serem convertidas em ações preferenciais classe "B". As ações preferenciais classe "B" destinam-se à subscrição pública ou particular por investidores e à conversão de ações preferenciais classe "A" e de debêntures conversíveis em ações.

As ações preferenciais gozam de participação integral nos resultados da Companhia, em igualdade de condições com as ordinárias, acrescido o direito a dividendos 20% maiores do que os atribuídos as ações ordinárias. A nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser atribuídas vantagens patrimoniais superiores às das ações preferenciais classe "A". As ações preferenciais têm, ainda, assegurada a vantagem de prioridade na distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício e no reembolso de capital, no caso de liquidação da Companhia.

b) Reserva de reavaliação – Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência das reavaliações dos bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondentes a essas reavaliações estão classificados no passivo não circulante.

A Administração da Companhia confirma a opção de manter em seus livros os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638, de 2007 até o final de sua baixa por depreciação ou por alienação dos bens reavaliados. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação contra lucros acumulados, líquida dos impostos.

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos mínimos

A Companhia não terá dividendos mínimos a distribuir sobre o lucro líquido do exercício, uma vez que apresenta prejuízo quando exclui os incentivos fiscais do resultado.

d) Ajustes acumulados de conversão

Em 31 de dezembro 2018, o saldo da conta ajustes acumulados de conversão na demonstração dos resultados abrangentes, é de R$(30.070) (R$(48.747) em 31 de dezembro de 2017), decorrente do resultado da variação cambial de suas controladas, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

19.1. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas podem utilizar derivativos para minimizar certos riscos que julgarem aceitáveis em decorrência dos seus perfis. Ao minimizar um risco, a Companhia e suas controladas auferem uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Conselho de Administração a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da Companhia acompanham como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de administração de risco, e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação dos instrumentos financeiros

						Controladora
			2018			**2017**
	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado	Saldos	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado	Saldos
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	**55.859**	**55.859**	2.896	42.929	45.825
Aplicações financeiras	**306.202**	**-**	**306.202**	117.921	-	117.921
Operações com derivativos	**2.628**	**-**	**2.628**	-	-	-
Contas a receber de clientes	**-**	**387.091**	**387.091**	-	378.268	378.268
Mútuo a receber	**-**	**141.883**	**141.883**	-	131.629	131.629
Passivo						
Financiamentos e empréstimos	**-**	**1.229.517**	**1.229.517**	-	842.855	842.855
Fornecedor	**-**	**65.709**	**65.709**	-	46.848	46.848
Operações com derivativos	**49.345**	**-**	**49.345**	8.864	-	8.864
Conta corrente	-	-	-	-	459	459

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

						Consolidado
			2018			**2017**
	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado	Saldos	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado	Saldos
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	**88.211**	**88.211**	2.896	84.382	87.278
Aplicações financeiras	**306.558**	-	**306.558**	126.782	-	126.782
Operações com derivativos	**2.628**	-	**2.628**	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	**455.643**	**455.643**	-	457.462	457.462
Mútuo a receber	-	**128.013**	**128.013**	-	74.321	74.321
Passivo						
Financiamentos e empréstimos	-	**1.400.830**	**1.400.830**	-	985.152	985.152
Fornecedor	-	**93.449**	**93.449**	-	68.245	68.245
Operações com derivativos	**49.937**	-	**49.937**	8.864	-	8.864
Conta corrente	-	-	-	-	459	459

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro acima e, de acordo com avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

b) Valor justo

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, em 31 de dezembro de 2018, os valores justos dos investimentos com cotação pública foram baseados nos preços atuais de compra.

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo--Continuação

O CPC 46 – Mensuração do Valor Justo define o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos, bem como estabelece uma hierarquia para três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais, sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no nível 3.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo--Continuação

A Companhia e suas controladas mantinham certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos referem-se a investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação, conforme os requerimentos do CPC 46 em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Mensuração valor justo							
	2018							
	Controladora				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo circulante								
Aplicações financeiras	306.202	-	-	306.202	306.558	-	-	306.558
Operações com derivativos	-	2.628	-	2.628	-	2.628	-	2.628
	306.202	2.628	-	308.830	306.558	2.628	-	309.186
Passivo circulante								
Operações com derivativos	-	(49.345)	-	(49.345)	-	(49.937)	-	(49.937)
	-	(49.345)	-	(49.345)	-	(49.937)	-	(49.937)

	Mensuração valor justo							
	2017							
	Controladora				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.896	.	-	2.896	2.896	-	-	2.896
Aplicações financeiras	117.921	-	-	117.921	126.782	-	-	126.782
	120.817	-	-	120.817	129.678	-	-	129.678
Passivo circulante								
Operações com derivativos	-	(8.864)	-	(8.864)	-	(8.864)	-	(8.864)
	-	(8.864)	-	(8.864)	-	(8.864)	-	(8.864)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.2. Gestão de riscos

Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

a) *Risco de crédito*

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à pulverização dos saldos em diversos clientes, não havendo concentração superior a 3% do saldo de duplicatas a receber exceção a um cliente que detém 5% da carteira. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento e não tem diferenças entre o valor justo e contábil destas provisões (vide as análises quantitativas relativo ao valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 6).

b) *Risco de liquidez*

A elaboração da previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.2. Gestão de riscos--Continuação

Riscos--Continuação

b) *Risco de liquidez*--Continuação

A tabela a seguir representa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2018					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos
Financiamentos e empréstimos	835.042	355.471	39.004	959.307	387.190	54.333
	835.042	355.471	39.004	959.307	387.190	54.333

c) *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

d) *Risco de taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos somado a contratação de instrumentos financeiros e venda de seus produtos. Para a exposição de fluxo de caixa e de balanço, a Companhia adota a política de proteção através da contratação de instrumentos financeiros.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.2. Gestão de riscos--Continuação

Riscos--Continuação

A composição dos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018 visando a gestão do risco de variação nas taxas de câmbio e algodão (Commodities), é como segue:

				Controladora		Consolidado	
Descrição	**Vencimento até:**	**Valor de Referênica 31/12/2018**	**Valor de MTM 31/12/2018**	**Ganho não Realizado 31/12/2018**	**Perda não Realizado 31/12/2018**	**Ganho não Realizado 31/12/2018**	**Perda não Realizado 31/12/2018**
A.1) Contrato NDF							
Banco Santander S/A	22/02/2019	(5.581)	6.409	828	-	828	-
A.2) Contrato NDF							
Banco ABC Brasil S/A	12/07/2019	(61.117)	60.146	-	(971)	-	(971)
A.3) Contrato NDF							
Banco Patagônia S/A	29/03/2019	(49.597)	49.005	-	-	-	(592)
A.4) Contrato Opções-Fluxo Caixa							
ED&F Man Capital Markets	30/04/2019	(339.455)	341.016	1.800	(239)	1.800	(239)
A.5) Contrato Opções-Fluxo Caixa							
Macquarie Bank Limited	30/04/2019	(376.528)	375.517	-	(1.011)	-	(1.011)
Sub-total		**-**	**-**	**2.628**	**(2.221)**	**2.628**	**(2.813)**
A.6) Contrato Opções-Exportações							
Macquarie Bank Limited	26/06/2019	179.520	(183.094)	-	(3.574)	-	(3.574)
A.7) Contrato Opções-Exportações							
ED&F Man Capital Markets	31/12/2019	192.000	(194.536)	-	(2.536)	-	(2.536)
		-	-	**-**	**(6.110)**	**-**	**(6.110)**
Contratos de Opção de Algodão Conforme nota 19.2(F)							
B.1) Macquarie Bank Limited	14/06/2019	-	-	-	(26.564)	-	(26.564)
B.2) ED&F Man Switzerland Limited	08/11/2019	-	-	-	(1.398)	-	(1.398)
B.3) INTL FCStone Markets, LLC	08/11/2019	-	-	-	(13.052)	-	(13.052)
Sub-total		**-**	**-**	**-**	**(41.014)**	**-**	**(41.014)**
Total de ganhos/(perdas)		**-**	**-**	**2.628**	**(49.345)**	**2.628**	**(49.937)**

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.2. Gestão de riscos—Continuação

Riscos—Continuação

e) Risco da taxa de câmbio – Exposição cambial

	Controladora	
	2018	**2017**
Ativo:		
Ativos financeiros	**45.339**	39.344
Clientes	**149.571**	92.198
Outros ativos	**12.121**	13.140
	207.031	144.682
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	**(47.436)**	(66.686)
Adiantamento contrato de câmbio	**(445.107)**	(315.000)
Fornecedores	**(912)**	(2.014)
	(493.455)	(383.700)
Ativo/passivo, líquido	**(286.424)**	(239.018)
Ativo/passivo, líquido - Equivalente a USD mil	**(73.920)**	(72.255)

A exposição cambial em 31 de dezembro de 2018 é de USD73.920 mil (USD72.255 mil em 31 de dezembro de 2017). A exposição cambial está protegida em parte pelas exportações previstas para os próximos 12 meses no montante aproximado de USD70.500 mil (não auditada).

f) *Risco de commodities*

A Companhia está exposta às flutuações de preços de sua principal matéria-prima, algodão. A proteção para oscilação no preço das commodities está baseada em uma política de compras e de hedge. Para tanto negocia previamente contratos para entrega futura desta matéria-prima. A Companhia apresentava contratos negociados e ainda não entregues (Nota Explicativa nº 20) e apresenta também contratos de opções e de futuros ("Puts"), equivalentes a 143.959 toneladas e ("Calls") equivalentes a 3.470 toneladas, atualizados pelo valor do "MTM", gerando em 31 de dezembro de 2018, um resultado (despesa) de R$41.014.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.2. Gestão de riscos--Continuação

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (TJLP), e taxa (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

a) *Seleção dos riscos*

A Administração da Companhia entende que três riscos de mercado são os que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) aumento da taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) elevação das taxas de juros oficial (TJLP); e (3) acréscimo taxa do CDI.

b) *Seleção dos cenários*

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Os cenários possíveis foram obtidos, pela administração, através de diversas fontes de mercado e em especial o sistema de expectativas de mercado do Banco Central do Brasil.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Análise de sensibilidade de variações do dólar

	Cenários em reais (prazo de 1 ano)		
Moeda estrangeira	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
Taxa dólar	3,68	4,60	5,52
Exposição dólar – USD(73.920)			
Receita/(despesa) financeira	14.398	(53.608)	(121.614)

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.2. Gestão de riscos--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

b) *Seleção dos cenários*--Continuação

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Financiamentos e empréstimos	Cenários em reais (prazo de 1 ano)		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Financiamentos indexados - TJLP - R$ 1.560	110	137	165
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Financiamentos indexados - CDI – R$ 581.170	37.776	47.249	56.664

Aplicações financeiras

Aplicações Financeiras	Cenários em Reais (prazo de 1 ano)		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Taxa do CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Aplicações financeiras: CDB/Compromissada – Banco Fibra, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Safra, Itaú - R$ 262.997	17.095	21.382	25.642

19.3. Gestão do capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e capitalização por parte dos acionistas para reduzir o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

19.3. Gestão do capital--Continuação

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	**2017**
Empréstimos e financiamentos	**1.400.830**	985.152
Operações com derivativos - passivos	**49.937**	8.864
Total	**1.450.767**	994.016
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**(394.769)**	(214.060)
Operações com derivativos - ativos	**(2.628)**	-
Dívida líquida **(a)**	**1.053.370**	779.956
Total do patrimônio	**1.234.464**	1.157.465
Total do capital **(b)**	**2.287.834**	1.937.421
Índice de alavancagem financeira - % **(c)=(a):(b)**	**46**	40

20. Compromissos

a) Compras de algodão

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía diversos contratos canceláveis para compras de algodão importado e nacional com entrega futura. Esses contratos podem ter preços fixados ou a fixar, em dólares ou em reais.

Os contratos firmados até 31 de dezembro de 2018 e ainda não recebidos são:

	Contratos		
	Preços fixados	**Preços a fixar**	**Total**
Algodão nacional			
Quantidade total (Ton.)	**44.054**	**16.000**	**60.054**
Valor total em R$	**282.246**	**84.765**	**367.011**

20. Compromissos—Continuação

b) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia mantem contratos de compra e venda de energia firmados com a CPFL Comercializadora Brasil S.A., Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. e Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., para utilização de suas unidades industriais situadas no Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, com vigência até 31 de dezembro de 2020 e 2022, respectivamente. Tendo como objeto o fornecimento do volume total mensal de 43MW médios. Em hipótese de rescisão do contrato poderá haver incidência de multa equivalente a 30% da quantidade remanescente de energia dos contratos.

c) Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os futuros pagamento mínimos de arrendamento operacionais não canceláveis são os seguintes:

(i) Contrato de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R$4.500 (31 de dezembro de 2017 R$4.480); e

(ii) Os termos do arrendamento são de cinco anos, e os dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamentos operacionais são:

	2018
Menos de 1 ano	**4.475**
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	**8.195**
	12.670

21 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas	**1.609.762**	1.585.411	**2.161.865**	2.053.141
(-) Deduções de receita				
Impostos sobre vendas	**(266.367)**	(311.097)	**(347.649)**	(388.553)
Devolução e abatimentos	**(29.504)**	(27.887)	**(68.960)**	(48.745)
Receita líquida de vendas	**1.313.891**	1.246.427	**1.745.256**	1.615.843

22. Resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Classificado por função:				
Custo dos produtos vendidos	**994.503**	954.211	**1.319.000**	1.203.638
Com vendas	**113.618**	101.651	**166.753**	150.733
Gerais e administrativas	**98.212**	95.462	**141.644**	136.618
	1.206.333	1.151.324	**1.627.397**	1.490.989
Classificado por natureza:				
Matéria prima, produtos químicos e materiais de uso e consumo	**588.747**	566.197	**898.763**	801.926
Despesas com pessoal e benefícios	**245.628**	240.703	**284.036**	277.048
Depreciação e amortização	**60.470**	57.878	**84.460**	80.881
Serviços de fretes e comissões	**65.160**	58.057	**85.606**	73.303
Energia, água e combustíveis industriais	**134.612**	144.292	**134.963**	144.674
Outras despesas	**111.716**	84.197	**139.569**	113.157
	1.206.333	1.151.324	**1.627.397**	1.490.989

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Juros ativos	**26.045**	31.498	**26.446**	34.953
Juros e correção monetária de empréstimo compulsório Eletrobrás (*)	**50.772**	-	**50.772**	-
Operações com derivativos	**88.769**	36.773	**88.769**	36.773
Ajuste ao valor presente	**1.535**	4.454	**1.535**	4.488
Outras receitas financeiras	**1.618**	3.846	**2.039**	4.048
Variação cambial ativa	**160.568**	69.621	**260.541**	81.693
Total das receitas financeiras	**329.307**	146.192	**430.102**	161.955
Despesas financeiras:				
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(3.647)**	-	**(3.647)**	-
Juros passivos	**(70.907)**	(58.925)	**(86.356)**	(69.127)
Descontos concedidos	**(4.467)**	(5.677)	**(4.954)**	(5.717)
Operações com derivativos	**(115.386)**	(50.347)	**(115.386)**	(50.347)
Ajuste ao valor presente	**(1.511)**	(1.711)	**(1.511)**	(1.753)
Outras despesas financeiras	**(11.925)**	(10.261)	**(16.969)**	(14.380)
Variação cambial passiva	**(199.562)**	(71.322)	**(324.528)**	(83.075)
Total das despesas financeiras	**(407.405)**	(198.243)	**(553.351)**	(224.399)
Resultado financeiro, líquido	**(78.098)**	(52.051)	**(123.249)**	(62.444)

(*) Trata-se de valor líquido e certo decorrente de ação judicial transitada em julgado, nos termos do posicionamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça em sede de recursos repetitivos, onde houve condenação da Eletrobrás ao pagamento de juros e correção monetária inerentes ao Empréstimo Compulsório. Referido trânsito em julgado permite apontar a certeza no ingresso do valor, envolvido em liquidação de sentença, conforme posição referendada pelos assessores jurídicos da Companhia. Esse crédito foi reconhecido no ativo não-circulante e a resultado como receitas-financeiras.

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas:				
Reversão de provisões diversas	**21.319**	3.743	**27.516**	-
Recuperação de PIS e COFINS	**4.888**	-	**10.848**	-
Receita de subvenção para investimentos - ICMS	**55.027**	70.197	**56.109**	70.197
Receita de crédito de exportação - Reintegra	**1.970**	3.826	**1.955**	3.826
Receitas de venda - direito de uso de energia	**11.157**	-	**11.157**	-
Venda de imobilizado	**925**	527	**2.591**	8.403
Vendas diversas	-	-	**4.788**	-
Outras	**5.886**	2.865	**9.072**	5.130
Total das receitas	**101.172**	81.158	**124.036**	87.556
Despesas:				
PIS e COFINS sobre outras receitas	**(1.149)**	(1.773)	**(1.410)**	(1.949)
ICMS - Fundo de equilíbrio fiscal	**(2.110)**	-	**(2.110)**	-
Provisões diversas	-	-	-	(420)
Pagamento de participação dos funcionários	**(16.269)**	(12.560)	**(16.269)**	(12.560)
Despesas com unidades paralisadas	**(18.198)**	(9.089)	**(18.198)**	(9.089)
Custo da venda de imobilizado	**(295)**	(165)	**(3.149)**	(7.972)
Custo das vendas diversas	-	-	**(3.181)**	-
Outras	**(1.210)**	(1.026)	**(4.255)**	(2.085)
Total das despesas	**(39.231)**	(24.613)	**(48.572)**	(34.075)
Resultado líquido	**61.941**	56.545	**75.464**	53.481

25. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo de revisão das demonstrações financeiras dos nossos auditores independentes não inclui a conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tinha apólices de seguro contratadas junto a Companhias de Seguros de primeira linha, com prazo de vigência de 1 ano, para cobertura dos riscos de danos materiais no montante de R$1.596 milhões e para lucros cessantes no montante de R$425 milhões, com limite máximo de indenização de R$350 milhões.

26. Incentivos fiscais

Federal

Os projetos de construção e instalação dos parques industriais, localizados no nordeste do país, foram aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e têm benefícios fiscais de redução da base do imposto de renda homologados pela Receita Federal do Brasil até 2019 (unidade de Pacajus – CE); até 2021 as unidades de Maracanaú-CE e São Gonçalo do Amarantes - RN.

26. Incentivos fiscais—Continuação

Federal--Continuação

O cálculo do lucro da exploração sobre a redução do imposto de renda é como segue:

	Controladora e Consolidado	
Cálculo Lucro Real:	2018	2017
Lucro Antes da Tributação	54.880	91.435
Adições de despesas e provisões operacionais	192.316	118.437
Exclusões de receitas e reversões de provisões operacionais	(206.691)	(190.174)
	40.505	19.698
IR (Alíquotas oficiais de 15% + 10%)	(10.102)	4.900
Cálculo Lucro da Exploração:		
Lucro Antes do IR e CSLL	54.880	91.435
Adições a Lucro de Exploração	59.451	22.508
Exclusões ao Lucro de Exploração	(90.859)	(99.132)
	23.472	14.811
Faturamento líquido total	1.313.891	1.246.457
Faturamento incentivado líquido	1.282.606	1.182.482
% Faturamento incentivado sobre o total	97,62%	94,87%
Lucro da exploração	22.913	14.051
IR sobre o lucro da exploração (Alíquotas oficiais de 15%)	3.437	2.107
Adicional IR sobre o lucro da exploração	2.278	1.388
Total	5.715	3.495
Isenção (Redução) do Impostos de Renda 75%	4.285	2.621

Estadual

As unidades produtivas localizadas no Estado do Ceará, nos municípios de Maracanaú e de Pacajus, obtiveram incentivo fiscal com validade até novembro de 2022 e fevereiro de 2023, denominado Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), integrante do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará (FDI), consistindo na dilação do prazo para pagamento da parcela do saldo devedor mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com dedução de 99% (noventa e nove por cento), caso exista a liquidação do débito até a data de vencimento.

A unidade produtiva localizada no Estado do Rio Grande do Norte, obteve incentivo fiscal com validade até maio de 2027, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), celebrando contrato de mútuo com órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, propiciando o financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), caso exista a liquidação do débito até a data de vencimento.